



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Ética.

## SERVIÇO SOCIAL E O ALCANCE DA ÉTICA COMO PRECEITO E COMO NORMA: CONVITE À EPISTEMOLOGIA

Aldovano Dantas Barbosa<sup>1</sup>  
Maria Carolina De Pádua Pinto Naques Faleiros<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo principal, trazer a discussão acerca da Ética no Serviço Social, enquanto preceito, que permeia o fazer e o constituir profissional. A partir da gênese do Serviço Social, dos fundamentos filosóficos e uma breve contribuição da Ética como preceito na profissão. A discussão é cada vez mais urgente, porque em tempo de mínimos sociais cada vez mais agravados, é necessário que o profissional encontre outras formas de intervenção, sabendo que teoria e prática não se encontram dissociadas, o fazer profissional não está aquém da ética, toda prática está imbuída de uma teoria, mesmo que não consciente. Desta forma, será exposto como a ética aparece no fazer profissional, assim como as demais teorias que compõem a formação profissional, sendo parte do arcabouço teórico metodológico da formação.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Ética, Fundamentos Filosóficos do Serviço Social.

**Abstract:** This work has as main objective, to bring the discussion about the Ethics in the Social Service, as precept, that permeates the doing and the professional constituting. From the genesis of Social Service, the philosophical foundations and a brief contribution of Ethics as a precept in the profession. The discussion is increasingly urgent, because in times of social minima increasingly aggravated, it is necessary for the professional to find other forms of intervention, knowing that theory and practice are not dissociated, professional doing is not short of ethics, all practice is imbued with a theory, even if not conscious. In this way, it will be exposed how ethics appears in the professional practice, as well as the other theories that make up the professional formation, being part of the theoretical methodological framework of the formation.

**Keywords:** Social Work, Ethics, Philosophical Foundations of Social Work.

### O Serviço Social: base ética da profissão

Ao analisarmos o contexto no qual são lançados os fundamentos do Serviço Social, pode-se perceber que sua estrutura sofreu influência de diversas vertentes teóricas, sendo as principais ligadas ao Positivismo, a Fenomenologia e ao Marxismo. Mesmo com o reconhecimento legal, Lei de Regulamentação nº 8662/93 e amparada pelo código de Ética Profissional, orientação diante dos indivíduos sociais, seu espaço

---

<sup>1</sup>Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: <professoraldovano@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social. Departamento de Promoção Vicentina - Sociedade São Vicente de Paulo. E-mail: <professoraldovano@yahoo.com.br>.

socio-ocupacional apresenta demandas para além de prescrições, situadas na mediação entre sujeito e objeto.

Diante de permanências e rupturas pelas quais a profissão se deparou, o propósito deste trabalho é apresentar a fundamentação ética para a profissão e suas matrizes filosóficas, para que os profissionais, imbuídos de uma reflexão sistemática, possam contribuir para emancipação, relativa, na sociedade por meio de sua atuação. Destarte, a forma que o sujeito manipula o objeto de reflexão determina os resultados a partir de estrutura a priori. Logo, a ação diz muito sobre o sujeito que opera, mas, em contrapartida, seu resultado não torna evidente a direção assumida pela profissão, a direção crítica.

A gênese do Serviço Social, está atrelada à filantropia, caridade e é influenciada pela Igreja Católica, nota-se que, em sua gênese, o objeto tem feições metafísicas, mesmo que na busca de soluções materiais. Herdeiro da Revolução Industrial, temos o surgimento do modo de produção capitalista, o qual criou as divisões sociais de trabalho, que culminou no surgimento da Questão Social, que causou a revolta dos trabalhadores com os donos dos meios de produção, originando a luta de classes. O Serviço Social surgiu na Europa, a partir da consolidação do capitalismo, para “mediar interesses de classes” (MOTA, 1991, p.17). A formulação ética vigente colocava a profissão como caridade e filantropia, especialmente por ter sua origem influenciada na Igreja Católica.

O Serviço Social, inicialmente, era ligado às formas de ajuda criadas pós-Revolução Industrial com intuito de manter a sociedade coesa. Com isso, sua origem tem duas perspectivas éticas: platônica e aristotélica. A perspectiva platônica era conduzida pelo lema “fazer o bem em nome do próprio bem”, que dava assistência e conhecimentos técnicos aos carentes. Essa perspectiva era atuante e dominante, e solidificou pelo assistencialismo, doações de cestas básicas aos necessitados, pobres vistos como ameaça social, mas depois passaram a ser compreendidos como “irmãos”, através da Igreja Católica. São Tomás de Aquino, na *Suma Teológica*, apresenta que a “sinderese é a lei de nossa mente, pois trata-se do hábito que contém os preceitos da lei natural [...]”, a filosofia tomista inaugurar uma natureza ética que formatará a sociedade, desconsiderando as bases materiais que a compõe.

Com a Reforma Protestante, a pobreza deixou de ser vista como martírio divino, e, passou a ser entendida como Questão Social, já que a riqueza poderia ser desfrutada na terra, como forma de predestinação absoluta. De acordo com Balbina Ottoni Vieira, “a pobreza é, assim, uma consequência das condições sociais e à sociedade cabe o dever de ajudar aos pobres, que passam a ter direito à essa assistência”. Estavam

lançadas as protoformas éticas do Serviço Social, bem como o desafio de superar o objeto transcendental neotomista, de gênese aristotélica.

Outra perspectiva, é ligada ao marxismo e possui como a estrutura de seu estudo a “Questão Social”, gerada a partir da contradição entre capital e trabalho, esteve presente como questionamento da profissão, hoje é vetor hegemônico da profissão. Assim, surgiram as políticas sociais, que legitimavam a hegemonia das conquistas da classe trabalhadora, marcando a contradição das políticas públicas. O Serviço Social, em suas protoformas, auxiliava a classe trabalhadora, mediando os impactos causados pelo capitalismo, legitimado pelo Estado e pela burguesia, não era, portanto, um projeto político-econômico para a classe que vivia do trabalho.

As relações sociais na modernidade operam-se entre os homens e as forças produtivas foram sendo mediatizadas pelo capitalismo, onde as classes sociais são separadas a partir da posse privada dos meios de produção ou não, e isso levou ao surgimento do antagonismo da profissão, este não está apenas no fazer, mas também, na composição socio-histórica. Que de forma dúbia é chamado a administrar a classe trabalhadora, bem como fazer parte da mesma, ainda mais sendo formada por uma concepção funcionalista, baseada no positivismo de Comte. Assim posto, não basta apenas assumir uma teoria crítica, mas sim entendê-la e usá-la como segunda pele.

### **Kant e Hegel: possibilidades para compreensão de Marx**

O pensamento das ciências da vida, das ciências da natureza, o pensamento da filologia histórica, o pensamento das ciências das riquezas, está totalmente alojado nessa perspectiva de que, seja pela determinação das coisas, seja pela determinação das ideias, há uma correspondência entre as duas. Organizar num quadro o modo de produção das riquezas, é apresentar que o Serviço Social, a partir do positivismo, esteve num “sono” profundo. A ideia de Locke, que nós somos um quadro em branco cheio de “ideiazinhas”, aí os hábitos vão estar frisando as nossas ideias e escrevendo no quadro negro que nós somos, apresenta o desafio que a profissão tem para implementar o pensamento histórico dialético em suas ações éticas.

Somos a princípio um quadro vazio, marcado pela natureza. A natureza, a experiência, vem e se aloja em nós. Com o método certo, a natureza vem e se aloja, refazendo exatamente o caminho feito por Deus, para o autor é imprescindível essa virada epistemológica para a racionalidade moderna. A mesma coisa vai pensar Descartes, só que invertido: “Deus dotou o homem de ideias, a partir do método certo acesso a natureza e tudo vai se esclarece, porque as ideias vão corresponder a isso”. (DESCARTES, 2001).

Ora se a questão que se coloca é o método, Kant, Voltaire, Rousseau, depois o Romantismo Alemão em Hegel, todos vão pôr em questão a materialidade de Descartes. Hegel vai voltar ao idealismo, mas por outros caminhos, inédito até aquele momento. Acreditando que as palavras se impõem, que as ideias se impõem às coisas porque Deus criou as ideias com absoluta correspondência às coisas, e as ideias têm poder, porque o espírito se impõe à matéria, de moldar as experiências e se impor a elas. Então, a certeza metodológica e acreditar que as ideias moldam a partir da episteme/doxa. A incapacidade de estabelecer esta ideia no plano material, Hegel, por não ter um subterfúgio indicará a Razão Suficiente. Sem a dialética hegeliana, a base material marxista, perde força compreensiva. Para Marx, *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*, é necessário abandonar as bases metafísicas para que a operação do pensamento, como tratada pela dialética, seja operada numa base material.

Já Kant (1780) começa a se interrogar sobre vários problemas do pensamento clássico e medieval. Ele se interroga sobre a Razão Suficiente. Ele se interroga: “Mas será mesmo que Deus nos dá essa garantia de correspondência entre ideias prévias, escritas na no pensamento sem qualquer experiência e o mundo lá fora?”. Que o hábito faz com que nós aprendamos alguma coisa sobre a natureza pela experiência e isso faz com que eu adquira ideias sólidas sobre o mundo? Simplesmente porque o sol nasce todo dia e o fato de ele nascer todo dia faz com que eu creia que ele nasça amanhã? Aí a reprodutibilidade da experiência. Enfim, uma explicação causal, falando da experiência. Para a teoria crítica não é a experiência que traz explicações causais, mas a base material de produção.

Esse conceito é disparador para o materialismo marxista: a certeza de que o conhecimento está todo alojado na crença da experiência material, quer dizer, no trabalho. Não é possível sustentar o conhecimento sólido sobre o hábito. Essa é a ideia que Marx chamará de alienação, hábito sem o pensamento. Os problemas estão sendo colocados para a vida, para o trabalho, para a linguagem, mas, sobretudo para a epistemologia, ou seja, as conexões de possibilidade do próprio pensamento ocidental. Acreditar no Positivismo, como ordenador da sociedade é cair no sono dogmático de acreditar que as ideias (ordenadoras) correspondem dogmaticamente às coisas. O Serviço Social, como ordenador da sociedade, terá dificuldades para pensar além de representações.

Tanto os dogmáticos quanto os empiristas, quando olhavam para o mundo, olhavam para os objetos do mundo e tentavam captar a lógica do pensamento através dos objetos do mundo. Ou seja, como os objetos do mundo podem ser aprendidos.

Estabelecendo uma verdade mesma sobre os métodos para aprender os objetos do mundo. Qual é o melhor método? É o hábito? É refazer a teia da razão de uma forma dogmática?

É refazer o método, mas esses indivíduos acreditavam piamente que era preciso perguntar aos objetos. É preciso perguntar aos objetos o quê que eles são. Ledo engano!

Para Marx, em *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, uma vez determinada a natureza dos objetos, é possível estabelecer qual é o melhor método para apreender a realidade, mais ainda, estabelecer uma mudança no seio da sociedade. Além de perguntar para os objetos, vai perguntar o que é o conhecimento para quem conhece, inaugurando a perspectiva crítica. Por isso o autor remeterá para a Revolução Copernicana. Porque estava todo mundo gravitando lá em torno da terra, dos objetos e ele pegou os objetos todos e pôs para gravitar em torno de uma coisa só: o sol. Quem é o sol? O “eu” que pensa, “eu” emancipado.

Para Marx, essa virada para o sujeito do conhecimento foi muito evidente, pois, os objetos não falam. Quando você pergunta para árvore o que ela é, ela não te responde. Um biólogo dirá: “Ah, ela é raiz, caule, tronco e flores e frutos”. Sim, mas foi ela que falou para ele? Não foi! Foi um pacto social que a gente estabeleceu e que tem resposta. E veja, tratando ela assim, é possível podar, frutificar, etc. Assim: “Ah, então está certa a nossa definição”? Não! Pode ser que ela responda de outras maneiras para outras intervenções. Pode ser que ela responda melhor com outras intervenções, com outras definições. Nós não sabemos, a natureza nos é vetada.

Foi isso que a volta a matéria trouxe para nós, essa angústia de que o sujeito cognoscente não ascende à natureza nunca. Essa foi a primeira dúvida. Ela é um detalhe, mas é fundamental, porque o pensamento pré-Kant, todo ele e todo o nosso pensamento, o nosso hoje, está sustentado nessa ideia básica, por isso representação, por isso a alienação, por isso a tomada de consciência. Todas essas coisas só fazem sentido no pensamento ocidental a partir do momento em que Kant fez essa ruptura, ele e outros pensadores, fizeram essa “maldita” ruptura e introjetaram em nós a responsabilidade pelo pensar.

O fenômeno é o mundo, sem dúvida nenhuma, mas é o único mundo que nós podemos conhecer, o mundo que nós projetamos para nós. Ele corresponde ao mundo mesmo? Essa é uma outra questão. Toda a discussão acerca da Teoria da Representação começou aí. Quer dizer, o sujeito representa mesmo o mundo que está lá fora? Para Marx (1978) o sujeito representa, mas tem um ruído, causado pela sua

situação nas condições materiais de produção da vida material. Já Hegel (2008) é metafísico, porque é um movimento do espírito humano e há momentos da história humana que você é mais esclarecido, momentos que você é menos. São todas ideias que só podem existir a partir dessa visada kantiana, que introjetamos no conhecimento. O conhecimento está dentro de nós. Quando agimos, quando estabelecemos juízos acerca do que é o belo, do que dá prazer, lidamos com a coisa em si. Mas quando vamos conhecer só podemos conhecer aquilo que chamamos de fenômeno. E aí, Kant escreve três críticas para três coisas. O que é possível conhecer, quais são os limites do conhecimento? Como devo agir? O que devo esperar?

A estas perguntas, Marx responderá que o conhecimento se dará a partir da constituição das classes sociais em uma determinada sociedade, que opera a partir das relações de produção material, bem como nas relações de mando obediência, logo, entendimento das classes enquanto agrupamentos humanos que se diferenciam entre si, no tempo e no espaço ocupado historicamente.

Hegel, em *Fenomenologia do espírito*, retomará Kant no chamado Idealismo Alemão, mas não propriamente da mesma maneira. Porque, segundo o autor, tem um sujeito, um espírito absoluto que tem, ele também, uma forma que se inscreve em todos nós, é um retorno ao Idealismo Clássico, de certo modo. Pela primeira vez a gente se pergunta: A quem representa? O homem.

E como ele representa? Tem ruído? A representação é pura? Quando ele olha para o mundo, se ele for iluminado, irá conseguir enxergar o mundo, mesmo? Ele um método bom para isso? Esse método permite com que eu tenha clareza? O mundo fala uma linguagem qualquer, lógica, dialética, que ele consiga captar? E se conseguir captar, ele consegue colocar isso numa forma lógica, por exemplo? Quer dizer, enunciados lógicos? Será que ele consegue, por exemplo, esquematizar o mundo do ponto de vista lógico? Será que ele consegue encontrar uma lógica da dinâmica da mudança? Ou pelo menos da forma com que ele percebe a mudança na história? Para todas essas questões, que são questões da modernidade, que vão ser colocadas pelos positivistas, vão ser colocadas também pelos marxistas, pelos hegelianos, pelos hermeneutas e colocadas posteriormente pelos estruturalistas. Ou seja, esse conjunto de questões acerca do quê que é representar/conhecer, de como se representa, de como é possível a representação, se é possível uma representação depurada, se a representação está sendo contaminada, se a representação traz contaminações de classe ou ela traz contaminações mentais que são de outra ordem. Elas sofrem atrito porque nós nos iludimos ou porque a natureza nos engana. Enfim, todas as questões

acerca da natureza da representação, do próprio ato de representação, começam a se tornar urgentes para o sujeito moderno.

É óbvio, que a modernidade deixou em aberto uma obsessão para o ocidente: como juntar a pessoa que pensa com a pessoa que age e com a pessoa que emite juízos de prazer ou dor acerca do mundo? Como juntar esses três eixos do ser humano? Porque antes a religião fazia isso. Então, esse é o primeiro problema que a Revolução Kantiana nos deixou e que as Ciências Sociais desde o século XIX se empenham em responder, sem, no entanto, estabelecer consenso.

Supostamente por que a religião nos garantia uma unidade no passado? “Supostamente”, porque é uma leitura também. Ou podemos dizer que o mundo pré-Kant era um mundo pacificado? Não, não era um mundo pacificado. Era um mundo de dúvidas, angústias e aflições. Então, havia problemas também. Mas, de qualquer modo, o primeiro problema que Kant abriu é esse. Hegel foi o primeiro a perceber que Kant criou três humanos: criou um humano que pensa, criou um humano que age e criou um humano que emite juízos estéticos. Ele criou três humanos diferentes, que absolutamente não se juntam”. Quer dizer, o quê que dá unidade do sujeito? Hegel a construção da dialética ligada ao espírito, conseqüentemente Marx a explicação a partir das bases materiais, transmutadas nas lutas de classe.

Hegel irá montar o esquematismo da imaginação, a partir do sujeito do conhecimento. O ser humano constitui-se com sujeito do conhecimento. Todo humano se constitui como sujeito do conhecimento. Por quê? Porque todo humano dispõe dessa capacidade de conhecer fundo o nosso próprio conhecimento, que posteriormente chamaremos de emancipação. Uma sensibilidade que sente o mundo, capta, que apresenta o mundo para nós, com os conceitos que a gente tem na nossa cabeça, que se cruzam com essa sensibilidade transformada em imagens para nós, que produz o pensamento. Que a teoria materialista desenvolverá a ideia de trabalho como capacidade humano genérica de transformar a natureza a partir da prévia ideação.

## **CONCLUSÃO**

As expressões da Questão Social, ocasionadas pelo capitalismo, originaram as desigualdades sociais, onde culminou na criação do Serviço Social, que possui o intuito de intermediar a luta do Estado com a classe trabalhadora, atendendo às suas necessidades e contribuindo para a restauração do capitalismo. O Serviço Social é relacionado com a disputa entre Estado e as Classes Sociais, o Estado institucionaliza a profissão, tornando-a contraditória, a partir do salário e a defesa da classe trabalhadora, o que gera o antagonismo de classes, decorrente das condições causadas

pelo sistema capitalista, que se desenvolve a partir da exploração da força de trabalho do proletário e que levam ao seu pleno desenvolvimento.

Não obstante a isso, a profissão carece da radicalidade ética e de assumir o compromisso de estabelecer um objeto que não se distancie do sujeito, em prol de uma classe social determinada nas relações materiais. Ao pensarmos nos usuários dos programas sociais, nas pessoas em vulnerabilidade social, na classe trabalhadora, não sabemos se o que representamos corresponde ao objeto. Talvez as adequações para o relacionamento, no mundo do trabalho, nem seja possível.

Nosso pensamento representativo é construído a partir do comportamento que se manifesta na figura dos usuários, “dos vulneráveis”, da classe trabalhadora. Assistentes Sociais – esses comportamentos são matérias-primas para as representações do sujeito, logo, quanto mais fiel o comportamento, mais aproximação entre sujeito e objeto. Assim sendo, é a partir da maneira que o objeto se manifesta, que o sujeito representa a imagem do relacionamento possível. Desta forma, o método é o que determina o acesso/fracasso das relações sociais, por isso nossa opção pelo vetor histórico dialético de Marx. Que, sem dúvidas, é o maior desafio para o entendimento do papel do Serviço Social na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. V. I, parte I. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ARISTÓTELES. **Órganon**: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: EDI-PRO, 2005.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 5. ed. São Paulo: Cortez: 2000.

COMTE, A. **1899**: Apelos aos conservadores. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 2005.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Hume, D. **Tratado da natureza humana**. Tradução de Déborah Danowski). São Paulo: ed. Unesp e Imprensa Oficial do Estado, 2001.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. Tradução. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do Direito de Hegel**. Introdução. In: Revista Temas de Ciências Humanas. Vol II. São Paulo, Grijalbo, 1978.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: A NOVA Fábrica de Consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elizabete; Amaral, Ângela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: A NOVA fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PLATÃO. **A República**. 7. ed. Tradução. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.